

**UNIVERSIDADE DE SOROCABA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO E ASSUNTOS ESTUDANTIS
CURSO DE FARMÁCIA**

**Amanda Beatriz Branco
Bruna Midori Urushimoto**

O USO INDISCRIMINADO DE MEDICAMENTOS ISENTOS DE PRESCRIÇÃO

**Sorocaba/SP
2022**

**Amanda Beatriz Branco
Bruna Midori Urushimoto**

O USO INDISCRIMINADO DE MEDICAMENTOS ISENTOS DE PRESCRIÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como exigência parcial para
obtenção do Diploma de Graduação em
Farmácia, da Universidade de Sorocaba.

Orientador: Sandro Rostelato Ferreira

**Sorocaba/SP
2022**

**Amanda Beatriz Branco
Bruna Midori Urushimoto**

O USO INDISCRIMINADO DE MEDICAMENTO ISENTOS DE PRESCRIÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso
aprovado como requisito parcial para
obtenção do Diploma de Graduação em
Farmácia, da Universidade de Sorocaba.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Esp. Fâni Ribeiro Silva

Prof. Dr. Isaltino Pereira de Andrade Junior

Prof. Dr. Sandro Rostelato Ferreira

Dedicamos este trabalho à nossa família,
que foram nossos maiores incentivadores
e porto seguro; e também a todos os
professores que passaram por nossas
vidas e impactaram de forma positiva
nossa trajetória .

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Sorocaba pelas oportunidades, infraestrutura de apoio ao aprendizado e auxílio no enfrentamento das adversidades.

Aos docentes da casa, pelos ensinamentos, à todo o conteúdo teórico e prático passado com objetivo de formar bons profissionais, e empenho e dedicação - mesmo nos momentos difíceis que enfrentamos durante certo período desta jornada.

RESUMO

Introdução: O uso irracional de medicamentos isentos de prescrição médica é muito frequente na população, não sendo colocado em questão pelos usuários os riscos oferecidos, como: reações adversas, interações medicamentosas ou alimentícias e intoxicações. **Objetivos:** Entender quais os fatores que levam a população a fazer uso de medicamentos de forma irracional. **Métodos:** Realizou-se uma revisão bibliográfica por meio de bibliotecas eletrônicas, SciELO e LILACS. A palavra chave para levantamento de pesquisa inicial foi “automedicação”, nos idiomas português e inglês. Os estudos identificados nas buscas iniciais foram avaliados de acordo com os critérios de inclusão: (1) desenho do estudo: estudo transversal, estudo descritivo, (2) público-alvo: população brasileira, jovem e adulta, (3) data de publicação: entre os anos de 2010 e 2022. **Desenvolvimento:** Foram 119 artigos encontrados nas bases de dados SciELO e LILACS, utilizando a palavra chave “automedicação” e aplicando o filtro de data de publicação para os anos 2010 a 2022. Destes, 91 foram excluídos pelo título, 7 por duplicidade e 9 pelo resumo. Foram lidos 12 trabalhos na íntegra, dentre os quais 7 foram selecionados para a revisão bibliográfica deste trabalho. **Conclusão:** É possível concluir com a análise dos trabalhos selecionados que há prevalência significativa de automedicação nas populações estudadas, sendo os analgésicos/antitérmicos com maior índice de relatos de uso.

Palavras-chave: automedicação; medicamentos isentos de prescrição; uso racional de medicamentos.

ABSTRACT

Introduction: The irrational use of over-the-counter medicine is a frequently seen behavior by the population without consideration of its risks, such as: side effects, drug and/or food interactions and intoxication. **Objectives:** Understand the factors that lead the population to the irrational use of medicine. **Methods:** We performed a review through the digital library SciELO and LILACS. The key word used was “self medication” in both portuguese and english. The studies found in the initial searches were evaluated according to the following inclusion criteria: (1) study drawing: cross-sectional studies, (2) target-population: brazilian population, teens to adult people, (3) publication date: between 2010 and 2022. **Results:** There were 119 articles found in the databases SciELO and LILACS using the search term “self medication” and applying the search filter to publication dates to the years between 2010 and 2022. From that, 91 were excluded by their title, 7 for duplicity and 9 for abstract. Twelve studies were fully read and 7 were considered eligible for this bibliography review. **Conclusion:** It is possible to conclude with the analysis of the selected studies that there is a significant prevalence of self-medication in the populations studied, and analgesics/fever reducers scans with a higher rate of reports of use.

Keywords: self-medication; over-the-counter medicine; rational use of medicine.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	OBJETIVO	11
2.1	Objetivo geral	11
2.2	Objetivos específicos	11
3	MÉTODO	12
4	DESENVOLVIMENTO	13
4.1	Automedicação e uso racional de medicamentos	13
4.2	Uso irracional de medicamentos	13
4.3	Medicamentos Isentos de Prescrição	14
4.4	Resultados	15
5	CONCLUSÃO	18
	REFERÊNCIAS	19

1 INTRODUÇÃO

O uso de substâncias que alteram as funções biológicas - fármacos - é muito antigo, mas foi a partir da metade do século passado que os medicamentos passaram a ter grande relevância e eficácia no tratamento de doenças (HILAL-DANDAN, 2015).

O ácido acetilsalicílico, por exemplo, que é resultado da síntese química de ácido salicílico e anidrido acético descoberta por Felix Hoffmann e posteriormente patentado pela Bayer, com o nome de Aspirina®, não só ainda é utilizado como é um dos mais conhecidos por sua ação analgésica e para tratamento de infarto de miocárdio, pela ação antiplaquetária (NORONHA, 2016).

Em janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional devido à proporção que os casos do novo coronavírus estavam tomando (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2020). A infecção por SARS-Cov-2 apresenta desde casos assintomáticos (infecções que não apresentam sintomas) até casos fatais (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2022), e levou a mais de 600 mil óbitos no Brasil até dezembro de 2021 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021). E após dois anos que a pandemia foi decretada pela OMS (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2020), que o primeiro medicamento para tratamento de Covid-19 é incorporado ao Sistema único de Saúde (BARROS, 2022). Entretanto, medicamentos sem eficácia comprovada foram usados para “tratamento” de Covid-19 ou como preventivos para a doença, um destes medicamentos - um antiparasitário - chegou ao crescimento de 557% em 2020 quando comparado a 2019 (CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA, 2021). O uso destes medicamentos ocorreu tanto por buscas individuais (CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA, 2021), com pela automedicação - fazer uso de medicamento por conta própria, sem orientação profissional (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012); quanto por prescrição médica (AMORIM; VASCONCELLOS, 2021).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, o uso racional de medicamentos contempla o uso do medicamento adequado àquele indivíduo, na dosagem e pelo período de tempo que atendam à especificidade daquele caso e com menor custo possível à pessoa e comunidade que está inserida. E o uso irracional seria portanto quando um desses fatores não é contemplado. (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2012)

O uso indiscriminado de medicamentos pode trazer riscos à saúde, com reações adversas (RAM), intoxicações (ARRAIS, 2022) e ainda interações medicamentosas ou medicamento-alimento. Pessoas que fizeram uso de antiparasitário – ivermectina - como “tratamento precoce” para covid-19, por exemplo, apresentaram quadro de hepatite medicamentosa, com pacientes entrando na fila de transplante de órgãos e casos de óbitos por complicações (SOUZA; SANTOS, 2022). E apesar desta prática ter se acentuado nos últimos dois anos (CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA, 2021), ela já era recorrente e muito naturalizada no Brasil (FERNANDES; CEMBRANELLI, 2014).

Considerando, então, que os medicamentos são importantes para o tratamento de doenças, porém não são isentos de riscos (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2012), este trabalho tem o objetivo de entender mais a fundo os motivos que levam os indivíduos a buscar essa prática e a partir dos resultados auxiliar nas abordagens de atenção farmacêutica de conscientização da população.

2 OBJETIVO

2.1 Objetivo geral

Temos como objetivo na nossa pesquisa conhecer através de revisões bibliográficas quais são os fatores que levam ao uso indiscriminado de medicamentos isentos de prescrição.

2.2 Objetivos específicos

- Conceituar automedicação e uso indiscriminado de medicamentos;
- Conceituar uso racional de medicamentos;
- Conhecer dentre as classes de medicamentos isentos de prescrição quais se têm os maiores índices de uso abusivo.

3 MÉTODO

A elaboração deste trabalho foi realizada por meio de revisão bibliográfica.

Os bancos de dados selecionados para busca de trabalhos científicos (artigos, monografias, dissertações e teses) nacionais, foram: SciELO e LILACS. A palavra chave para levantamento de pesquisa inicial foi “automedicação”, nos idiomas português e inglês.

Os estudos identificados nas buscas iniciais foram avaliados de acordo com os critérios de inclusão: (1) desenho do estudo: estudo transversal, estudo descritivo, (2) público-alvo: população brasileira, jovem e adulta, (3) data de publicação: entre os anos de 2010 e 2022.

4 DESENVOLVIMENTO

4.1 Automedicação e o uso indiscriminado de medicamentos

O fácil acesso aos medicamentos isentos de prescrição - MIPs - é relacionada como um dos fatores contribuintes para o uso indiscriminado de medicamentos (MOURAD; BRÍCOLA, 2017). Isso foi evidenciado na revisão, sendo os analgésicos/antitérmicos os medicamentos de maior uso na automedicação em todos os sete trabalhos.

4.2 O uso racional de medicamentos

A definição mais difundida e aceita de uso racional de medicamentos é a da Organização Mundial da Saúde (World Health Organization - WHO), a qual preconiza que “o paciente receba o medicamento adequado para suas necessidades, em dose individual e pelo período de tempo adequados, e com o menor custo para si e para a comunidade” (WHO, 2022).

No Brasil, a preocupação com o uso racional de medicamentos é uma realidade que orienta órgãos de saúde quanto a políticas públicas e regulamentação. Em 2013, por exemplo, o Ministério da Saúde aprovou a Portaria nº2.095 com os Protocolos Básicos de Segurança do Pacientes, sendo dois deles voltados ao uso racional de medicamentos - Protocolo de Segurança na Prescrição e de Uso e Administração de Medicamentos (MS, 2013).

Neste mesmo ano, o Conselho Federal de Farmácia criou uma resolução para regulamentar as atribuições clínicas da profissão, sendo a definição de farmácia clínica, pela própria resolução, a área cujo objetivo é o uso racional de medicamentos através da prestação de serviço farmacêutico (CFF, 2013).

Essa resolução é uma amostra da mudança da profissão ao longo do tempo, que passa de técnico e tem o medicamento como foco principal, para a assistência ao usuário como centro do serviço (SANTOS; MARQUES, 2017).

As práticas de farmácia clínica entretanto não são tão recentes assim, eles tiveram início nos Estados Unidos na década de 1960 e estava voltada a área hospitalar (SANTOS; MARQUES, 2017), porém com o tempo foi surgindo a necessidade de expandir essa área para além dos hospitais.

Atuar na clínica farmacêutica não é, entretanto, a única maneira de promover o uso racional de medicamentos. Afinal as farmácias comunitárias, onde os pacientes adquirem os medicamentos para uso em domicílio, são um desafio para a promoção do uso racional de medicamentos. Em uma pesquisa realizada pelo ICTQ - Instituto de Ciência, Tecnologia e Qualidade - em 2022, 89% dos entrevistados afirmaram fazer uso de medicamentos sem qualquer orientação de um profissional de saúde (LEONARDI, 2022).

4.3 Medicamentos Isentos de Prescrição

Uma forma de caracterizar os medicamentos no Brasil é pelas *tarjas* desses medicamentos. Em 2016 a ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária - aprovou uma resolução que aborda os critérios e métodos para categorizar medicamentos com isentos de prescrição e recategorizar como uso sob prescrição. Segundo esta:

Para um medicamento ser enquadrado como isento de prescrição, é necessário que comprove os critérios estabelecidos a seguir:

I- Tempo mínimo de comercialização do princípio ativo ou da associação de princípios ativos, com as mesmas indicações, via de administração e faixa terapêutica de: a) 10 (Dez) anos sendo, no mínimo, 5 (cinco) anos Brasil como medicamento sob prescrição ou; b) 5 (cinco) anos no exterior como medicamento isento de prescrição cujos critérios para seu enquadramento sejam compatíveis com os estabelecidos nesta Resolução. II- Segurança, segundo avaliação da causalidade, gravidade e frequência de eventos adversos e intoxicação, baixo potencial de causar dano à saúde quando obtido sem orientação de um prescritor, considerando sua forma farmacêutica, princípio ativo, concentração do princípio ativo, via de administração e posologia, devendo o produto apresentar: a) Reações adversas com causalidades conhecidas e reversíveis após suspensão de uso do medicamento; b) Baixo potencial de toxicidade, quando reações graves ocorrem apenas com a administração de grande quantidade do produto, além de apresentar janela terapêutica segura; c) Baixo potencial de interação medicamentosa e alimentar, clinicamente significante. III- Indicação para o tratamento, prevenção ou alívio de sinais e sintomas de doenças não graves e com evolução inexistente ou muito lenta, sendo que os sinais e sintomas devem ser facilmente detectáveis pelo paciente, seu cuidador ou pelo farmacêutico, sem necessidade de monitoramento

laboratorial ou consulta com o prescritor; IV- Utilização por curto período de tempo ou por tempo previsto em bula, exceto para os de uso preventivo, bem como para os medicamentos específicos e fitoterápicos indicados para doenças de baixa gravidade; V- Ser manejável pelo paciente, seu cuidador, ou mediante orientação pelo farmacêutico; VI- Baixo potencial de risco ao paciente, nas seguintes condições: a) Mau uso com a utilização do medicamento para finalidade diferente da preconizada em bula; b) Abuso com a utilização do medicamento em quantidade superior ao preconizado ou por período superior ao recomendado; e c) Intoxicação. VII- Não apresentar potencial dependência, ainda que seja utilizado conforme preconizado em bula.

A última atualização da LMIP - Lista de Medicamentos Isentos de Prescrição - foi em março de 2022 pela Instrução Normativa N °120, e constam mais de 300 medicamentos entre sintéticos, específicos, biológicos e fitoterápicos.

4.4 Resultados

Foram 119 artigos encontrados nas bases de dados SciELO e LILACS, utilizando a palavra chave “automedicação” e aplicando o filtro de data de publicação para os anos 2010 a 2022. Destes, 91 foram excluídos pelo título, 7 por duplicidade e 9 pelo resumo. Foram lidos 12 trabalhos na íntegra, dentre os quais 7 os selecionados para a revisão bibliográfica deste trabalho.

Tabela 1: dados gerais dos estudos incluídos

Autor(es)	Data de publicação	Local de condução do estudo	Idade dos participantes do estudo	Total de participantes
DOMINGUES <i>et al</i>	2017	Distrito Federal - GO	18-65 anos	1820
GAMA; SECOLI	2017	Coari - AM	± 22 anos	116
MATOS <i>et al</i>	2018	Ouro Preto - MG	15-70 anos	270
SCHMID, BERNAL, SILVA	2010	São Paulo - SP	40-95 anos	3226
SILVA <i>et al</i>	2010	Fortaleza - CE	13-18 anos	722
SOUZA <i>et al</i>	2010	Alfenas - MG	*	571
SCHUELTER-TREVISOL <i>et al</i>	2011	Tubarão - SC	± 22,5 anos	160

* não informado no estudo

Fonte: elaboração própria

O estudo transversal realizado no Distrito Federal demonstrou prevalência de 14,9% de automedicação na população entrevistada, sendo ao todo 1.820 pessoas que concordaram em participar da pesquisa. Foi perguntado sobre o uso de medicamentos nos últimos sete dias, e a partir das respostas calculada a prevalência de automedicação (DOMINGUES *et al*, 2017).

Em comparação, o estudo transversal conduzido com a população ribeirinha de Coari, no Amazonas, com uma amostra populacional muito menor, obteve 76,3% de prevalência de automedicação. Entretanto, o tempo considerado foi de 30 dias retrospectivos ao dia da entrevista com os participantes (GAMA; SECOLI, 2020). A dificuldade de acesso à serviços de saúde foi referida pela maior parte dos entrevistados com justificativa para automedicação (GAMA; SECOLI, 2020).

Em Ouro Preto, um estudo conduzido em colégio técnico, e que considerou o uso de medicamentos nos últimos 15 dias antecedentes à entrevista, (MATOS *et al*, 2020) realizada com estudantes e funcionários do local, obteve resultado de prevalência semelhante àquele obtido por Gama e Secoli, totalizando 69,3 % dos participantes (MATOS *et al*, 2020).

Também considerando o uso de medicamentos nos 15 dias anteriores à entrevista, foi encontrado um estudo conduzido em São Paulo, que objetivava avaliar dados de automedicação de adultos de baixa renda e os fatores associados a tal, no qual a prevalência de automedicação foi cerca de 30% (SCHMID; BERNAL; SILVA, 2010). O estudo considerou duas populações distintas, uma residente na favela e outra fora da favela, para analisar assim a influência de fatores sociodemográficos e econômicos, e foi possível observar, dentre outros aspectos, que a obtenção de medicamentos exclusivamente de forma gratuita foi um fator de proteção para a automedicação, considerando que os programas governamentais exigem a prescrição para a dispensação (SCHMID; BERNAL; SILVA, 2010).

De maneira similar, foi realizado um estudo, desta vez descritivo, com alunos de escolas públicas e privadas de Fortaleza por SILVA *et al.* Este além de trazer dados sobre o uso de medicamentos desta população, analisa os conhecimentos dos estudantes sobre uso de medicamentos e os impactos que eles têm na saúde (SILVA *et al.*, 2011). Dos entrevistados, 72% relataram ter feito uso de algum medicamento nos últimos 60 dias - com maior prevalência entre os alunos da rede privada de ensino - destes, apenas 33,1% foram por indicação médica, 51,2% por indicação de familiares e 20,8% por conta própria (SILVA *et al.*, 2011).

O estudo realizado com pais e professores em escolas de Alfenas, obteve prevalência de 65% de automedicação - considerando como tal o uso de medicamentos sem orientação profissional nos últimos 30 dias (SOUZA *et al.*, 2010). A falta de recursos financeiros foi a principal justificativa pela prática.

Schuelter-Trevisol *et al.* em seu estudo transversal em uma universidade de Santa Catarina, obteve resultado de 72,5% de prevalência de automedicação nos 90 dias anteriores à condução do questionário, entre os 160 estudantes dos cursos de direito e medicina entrevistados.

5 CONCLUSÃO

Nos trabalhos selecionados há prevalência significativa de automedicação nas populações estudadas, sendo os analgésicos/antitérmicos com maior índice de relatos de uso.

Muitos relataram obter esses medicamentos em farmácia comunitárias, favorecendo assim a intervenção do profissional farmacêutico na aquisição de tais e orientação para o uso seguro e consciente. Como foi observado em vários dos trabalhos, o uso de medicamentos é uma forma de autocuidado da população, portanto a automedicação consciente pode ser um caminho para maior autonomia das pessoas com menor risco envolvido.

REFERÊNCIAS

ALVES, B. **Automedicação**. Biblioteca virtual em Saúde MS. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/automedicacao/> Acesso em: 04 abr. 2022.

AMORIM, C. VASCONCELLOS, F. Kit-Covid: quais as implicações do uso de medicamentos sem eficácia comprovada? UFSM, 2021. Disponível em: <https://ufsm.br/r-825-314>. Acesso em: 04 abr. 2011.

ARRAIS, P. S. D. **O uso irracional de medicamentos e a farmacovigilância no Brasil**. Cadernos de Saúde Pública, v. 18, n. 5, p. 1478–1479, out. 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Instrução Normativa N°120 de 9 de março de 2022. Define a Lista de Medicamentos Isentos de Prescrição. Brasília, 16 de mar. 2022, Diário Oficial da União. Ed. 51. seção 1. p. 126-131.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria N°2.095 de 24 de setembro de 2013. Aprova os Protocolos Básicos de Segurança do Paciente. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2095_24_09_2013.html. Acesso em: 02 out 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde. Portaria n°34, de 31 de março de 2022. Torna pública a decisão de incorporar, o âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o baricitinib...Diário Oficial da União. Ed. 63. seção 1. p. 331.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. Saúde Brasil 2020/2021 : uma análise da situação de saúde diante da pandemia de covid-19, doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. 384 p. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-svs/vigilancia/saude-brasil-2020-2021_situacao-de-saude-diante-da-covid-19.pdf. Acesso em: 04 abr. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução 585 de 29 de agosto de 2013. Regulamenta as atribuições clínicas do farmacêutico e dá outras providências. Disponível em: <https://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/585.pdf>. Acesso em: 02 out. 2022.

DOMINGUES, Paulo Henrique Faria *et al.* Prevalência e fatores associados à automedicação em adultos no Distrito Federal: estudo transversal de base populacional. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, [Brasília], v. 26, n. 2, p. 319-330, mar. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.5123/s1679-49742017000200009>.

FERNANDES W. S.CEMBRANELLI J. C. **Automedicação e o uso irracional de medicamentos: e o papel do farmacêutico no combate a essas práticas**. Revista Univap. São José dos Campos, v. 21, n. 37, jul.2015.

GAMA, Abel Santiago Muri; SECOLI, Silvia Regina. Self-medication practices in riverside communities in the Brazilian Amazon Rainforest. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 73, n. 5. 08 jul. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0432>.

HILAL-DANDAN, Randa; BRUNTON, Laurence. **Manual de Farmacologia e Terapêutica de Goodman & Gilman**. Rio de Janeiro: Grupo A, 2015. 9788580555066. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580555066/>. Acesso em: 04 abr. 2022.

LEONARDI, Egle. ICTQ. Aproximadamente 90% dos brasileiros realizam automedicação, atesta ICTC. Disponível em: <https://ictq.com.br/farmacia-clinica/3202-aproximadamente-90-dos-brasileiros-realiza-automedicacao-atesta-ictq>. Acesso em: 7 out. 2022.

MATOS, Januária Fonseca et al. Prevalência, perfil e fatores associados à automedicação em adolescentes e servidores de uma escola pública profissionalizante. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 26, n. 1, p. 76-83, mar. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1414-462x201800010351>.

Ministério da Saúde. Covid-19: 21.584.402 pessoas estão recuperadas no Brasil. (2021, Dezembro 31). Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/informes-diarios-covid-19/covid-19-21-584-402-pessoas-estao-recuperadas-no-brasil> Acesso em: 04 abr. 2022.

MOURAD, Amouni Mohmoud; BRÍCOLA, Solange Aparecida Petilo de Carvalho. Medicamentos Isentos de Prescrição (MIP), dispensação e prescrição farmacêutica. In: SANTOS, Paulo Caleb Júnior de Lima (org.). **Farmácia clínica & atenção farmacêutica: contexto atual, exames laboratoriais e acompanhamento farmacoterapêutico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2017. Cap. 7. p. 77-98. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/168924/pdf/0>. Acesso em: 29 ago. 2022.

MURRAY, Patrick. **Microbiologia Médica**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2017. 9788595151741. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595151741/>. Acesso em: 04 abr. 2022.

NORONHA, Thais. **Atenção ao salicilato**. São Paulo. Revista do Farmacêutico. Ed. 124. p. 38-39. 2016. Disponível em: <http://www.crfsp.org.br/images/stories/revista/rf124/rf124.pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.

SANTOS, Felipe Tadeu Carvalho; MARQUES, Luciane Alves Moreira. Atribuições clínicas do Profissional Farmacêutico. In: SANTOS, Paulo Caleb Júnior de Lima (org.). **Farmácia clínica & atenção farmacêutica: contexto atual, exames laboratoriais e acompanhamento farmacoterapêutico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2017. Cap. 4. p. 39-54. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/168924/pdf/0>. Acesso em: 25 ago. 2022.

SCHMID, Bianca; BERNAL, Regina; SILVA, Nilza Nunes. Automedicação em adultos de baixa renda no município de São Paulo. **Revista de Saúde Pública**, v. 44, n. 6, p. 1039-1045, dez. 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-89102010000600008>.

SCHUELTER-TREVISÓ, Fabiana *et al.* Automedicação em universitários. **Revista da Sociedade Brasileira de Clínica Médica**, São Paulo, v. 9, n. 6, p. 414-417, nov-dez. 2011.

SILVA, Ilane Magalhães *et al.* Automedicação na adolescência: um desafio para a educação em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 1, p. 1651-1660, 6 abr. 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-81232011000700101>.

SILVA, J., SOUZA F., AOYAMA, E. **A incidência do uso indiscriminado de medicamentos**. Revista Brasileira Interdisciplinar de Saúde. DF, Brasil, v. 2, n. 1, 2020. Disponível em: <https://revistarebis.rebis.com.br/index.php/rebis/article/view/77>. Acesso em: 02 mai. 2022.

SOUZA, C. SANTOS, L. G. Além de ineficaz, o uso da Ivermectina para o tratamento da Covid-19 pode causar complicações para a saúde: Medicamento do Kit-Covid ainda é estratégia em campanhas de desinformação. UFSM, 2022. Disponível em: <https://www.ufsm.br/midias/arco/ineficaz-uso-ivermectina-tratamento-covid-19-complicacoes/>. Acesso em: 06 abr. 2022.

SOUZA, Livia Helena Terra e *et al.* Automedicação versus automedicação responsável: uma análise em três escolas de alfenas-mg. **Rev. Bras. Odontol.**, Rio de Janeiro, v. 67, n. 1, p. 8-12, jan/jun. 2010.

VILARINO, J. F. *et al.* Perfil da automedicação em município do sul do Brasil. **Rev. Saúde Pública**, v. 32, p. 43-9, 1998.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. A year without precedent: WHO's COVID-19 response. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/spotlight/a-year-without-precedent-who-s-covid-19-response>. Acesso em: 04 abr. 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. The Pursuit of Responsible Use of Medicines: Sharing and Learning from Country Experiences The benefits of responsible use of medicines: Setting policies for better and cost-effective health care. Disponível em: www.who.int. Acesso em: 06 abr. 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Promoting rational use of medicine. Disponível em: <https://www.who.int/activities/promoting-rational-use-of-medicines>. Acesso em: 02 out. 2022.